

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	3
Título: Governo renegocia indenização a elétricas	3
Título: Governo renegocia indenização a elétricas	Erro! Indicador não definido.
Título: Furnas: polícia aponta desvio de R\$ 73 milhões	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Espanhóis viram maior acionista da Neoenergia	6
Título: Empresa brasileira é primeira a obter aval para cana transgênica	7
Título: Notas	8
Título: Energia caseira	9
Título: Caixa e Petrobras agem contra empresas controladas pela J&F	Erro! Indicador não definido.
Título: Petrobras retira Andrade Gutierrez de 'lista suja'	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: 'Venda de ativo não é opção, é necessidade'	11
Título: Petrobrás e Eletrobrás vão reforçar aportes no programa Avançar	13
Título: Petrobrás retira Andrade Gutierrez de 'lista negra'	15
Título: Leilão do governo paulista na Cesp está previsto para setembro	16
Título: Neoenergia anuncia incorporação da Elektro	16
Título: Petrobrás extingue contrato com empresa da J&F	17
VEÍCULO: Valor Econômico	18
Título: Acordo poderá esticar prazo para pagar R\$ 62 bi a elétricas	19
Título: CNPE inclui mais uma área do pré-sal para leilão	21
Título: Petrobras deixa térmica da J&F sem gás	22
Título: Neoenergia incorpora Elektro e se torna maior distribuidora	24
Título: Minério atinge pior valor em 11 meses e pode cair mais	26
Título: Samarco tenta negociar dívida de R\$ 1,89 bi com fisco	Erro! Indicador não definido.
Título: Casa dos Ventos une eólica e solar no PI	28

Título: Curtas	29
Título: SP cassa liminar que protegia Manguinhos	30
Título: MP vai fixar metas de emissão de gases para distribuidoras	31
Título: Prejuízo da Petroquímica Suape e Citepe somou R\$ 2,5 bilhões	33
Título: Usina dos Bumlai tem falência decretada	34
Título: CTNBio dá aval a cana transgênica	35
Título: Destaques.....	36

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura****Título: Governo renegocia indenização a elétricas**

Proposta é pagar dívidas de R\$ 62 bi com transmissoras em até 25 anos. Valor será bancado por consumidores

O governo decidiu renegociar o pagamento da indenização de R\$ 62,2 bilhões devida pela União às empresas de transmissão de energia elétrica, que será quitada com o repasse dos custos às contas de eletricidade de todos os brasileiros. A previsão inicial era que esse passivo fosse pago em oito anos. A primeira proposta colocada em negociação é para alongar o pagamento dos débitos, sem diminuir o montante a ser pago. O prazo pode ser ampliado por até 25 anos, segundo fontes envolvidas nas discussões, mas isso ainda não foi definido.

Essas compensações são, atualmente, alvo de disputa judicial, e algumas indústrias já conseguiram decisões para evitar parte dos pagamentos. Isso fez com que o governo sinalizasse que fará um acordo entre as partes para evitar uma prolongada briga nos tribunais. Já ocorreram ao menos duas reuniões no Ministério de Minas e Energia, mas ainda não há prazo para o fim das negociações.

Em 2012, ao determinar a redução das contas de luz em 20% — queda que foi anulada por aumentos que ultrapassaram 50% em 2015 —, a então presidente Dilma Rousseff renovou os contratos de geração e transmissão de energia, reduzindo a receita dessas empresas. No caso das transmissoras mais antigas, o governo reconheceu que parte dos investimentos não foi amortizada e, portanto, as empresas teriam direito a indenizações.

ALÍVIO PARA O CONSUMIDOR

Com critério definido no ano passado por meio de uma portaria do Ministério de Minas e Energia, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estabeleceu o montante e as formas do pagamento bilionário às transmissoras. Em todo o país, o valor calculado pode significar alta média nas tarifas de 7,17% este ano, se tudo for pago como está definido hoje. O valor varia de acordo com cada distribuidora e pode ser alterado se houver decisões judiciais contra as indenizações. A renegociação do prazo de pagamento da dívida pode dar um alívio nas contas de luz de todos os consumidores.

As transmissoras já avisaram que não aceitam reduzir o valor das indenizações, mas estão dispostas a chegar a um acordo que inclua a ampliação do prazo de pagamento. As empresas que receberão os débitos querem que, em caso de aumento no prazo, o montante seja atualizado proporcionalmente. Ou seja, o valor total das indenizações pode aumentar, mas as parcelas mensais para quitar a dívida ficariam menores.

— Não fomos nós que botamos esse valor. Isso foi feito pela Aneel. Nós aceitamos alterar o prazo, desde que mude o valor total. É preciso ter segurança jurídica. Essa reclamação hoje é típica de quem não quer pagar. E o que a gente precisa é receber o que é nosso direito. Se nos afetarem, afetarão todo o sistema interligado nacional — disse Números Mário Miranda, presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate).

Às associações de consumidores, no entanto, o Ministério de Minas e Energia já sinalizou que não deve reduzir o total das indenizações. A possibilidade de ampliar o prazo enfrenta resistência de grandes consumidores de energia. — Se for para negociar prazo, nós não vamos negociar. Se aumentar o prazo, aumenta o valor, e nós não queremos isso — disse o presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace), Edvaldo Santana.

A Abrace conseguiu na Justiça tirar do cálculo de toda a indenização R\$ 9 bilhões referentes à remuneração. A associação considera que o valor indevido cobrado dos consumidores é de R\$ 35 bilhões. Há outras ações na Justiça contra o pagamento da indenização. Por isso, o governo tem pressa em resolver essa situação e trabalha para que isso seja feito de forma negociada — Coube à Aneel apenas regulamentar a portaria do ministério e fazer o cálculo. Nós aguardamos um desfecho desse assunto, se o governo vai rever essa portaria, por exemplo — disse ao GLOBO o diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino.

O Ministério de Minas e Energia informou, em nota, que "está mediando diálogo entre transmissoras e consumidores com objetivo de viabilizar um acordo entre as partes".

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Miguel Caballero

Título: Furnas: polícia aponta desvio de R\$ 73 milhões

Investigação apura esquema revelado por Delcídio Amaral e que seria comandado por Cunha e Funaro.

Uma cota de ações comprada por R\$ 7 milhões e revendida, seis meses depois, por R\$ 80 milhões. Esse negócio da China é o centro da Operação "Barão Gatuno" deflagrada ontem pela Polícia Civil do Rio na capital fluminense e em São Paulo, que investiga desvio de R\$ 73 milhões de Furnas em esquema que seria comandado pelo ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e pelo doleiro Lucio Funaro, considerado seu doleiro.

Foram expedidos 25 mandados de busca e apreensão no Rio e outros oito em São Paulo. Dimas Toledo, ex-diretor de Furnas e suposto operador do senador Aécio Neves (PSDB-MG) foi um dos intimados a depor. Aécio não aparece entre os suspeitos dessa investigação.

A história foi revelada pela primeira vez na delação premiada do ex-senador Delcídio Amaral, em maio do ano passado. O caso envolve a compra, por Furnas, de ações da hidrelétrica de Serra do Facão, em Goiás, entre os anos de 2007 e 2008. A empresa Serra da Carioca II foi criada dias antes de comprar 29% das ações da hidrelétrica, tendo as revendido, meses depois, a Furnas por mais de 11 vezes o valor da compra.

Em 2007, Furnas já detinha 49,9% de participação na hidrelétrica, e a lei proibia que subsidiárias da Eletrobras fossem acionistas majoritárias de empresas de energia. Por esse motivo, Furnas renunciou, em 4 dezembro de 2007, ao direito de adquirir as ações (29%) pertencentes à empresa Oliver Trust. Um mês depois, em 9 de janeiro de 2008, a recém-criada Serra da Carioca II comprou essas ações, por R\$ 7 milhões. Essas datas correspondem a atas de reuniões da diretoria da sociedade que construiu a hidrelétrica, conforme O GLOBO mostrou em reportagem publicada em janeiro de 2011.

Enquanto isso, em Brasília, uma Medida Provisória (MP) relatada pelo então deputado Eduardo Cunha revogou o impedimento legal para Furnas ser majoritária em empresas de energia. O passo seguinte foi dado em 29 de julho de 2008: já sem o impedimento legal, Furnas comprou da Serra da Carioca as mesmas ações por R\$ 80 milhões. A diferença de R\$ 73 milhões é o que teria sido desviado dos cofres de Furnas, uma empresa de economia mista (pública e privada). A polícia investiga as ligações da Serra da Carioca com Eduardo Cunha. A empresa pertence ao Grupo Gallway, com sede nas Ilhas Virgens Britânicas. Lucio Funaro se apresentava como representante do Gallway.

Ao reaparecer na delação de Delcídio Amaral, a história resultou em inquérito aberto no Supremo Tribunal Federal (STF) porque, no início das investigações, Cunha ainda tinha direito a foro especial. Com a cassação do mandato de Cunha, o STF determinou que o caso fosse remetido ao Tribunal de Justiça do Rio. O ministro Dias Toffoli decidiu que a competência era da Justiça estadual, e não de uma vara federal no Rio, porque Furnas é uma sociedade de economia mista.

ATRITOS ENTRE POLÍCIA CIVIL E MP

Anunciada como a primeira operação da Lava-Jato de âmbito estritamente estadual, a Barão Gatuno começou com atritos entre a Polícia Civil e o Ministério Público (MP) do Rio. Antes da operação, houve queixas por parte da Polícia de demora do MP para pedir à Justiça a deflagração da operação, o que é negado pelos promotores. A Justiça tem prerrogativa de determinar ações como as de busca e apreensão mesmo sem o pedido feito pelo MP. A entrevista coletiva de ontem foi concedida apenas por delegados da Polícia Civil, sem participação do Ministério Público, como é praxe em ações da Lava-Jato. Ao determinar as ações de busca e apreensão, a Justiça do Rio ordenou também o sigilo do inquérito.

Foram mobilizados 120 agentes da Polícia Civil para cumprir os mandados. Os agentes chegaram à sede de Furnas, em Botafogo, às 6h20m. Em São Paulo, a polícia foi à casa do advogado de Lucio Funaro, Paulo Celso da Costa, em Vargem Grande do Sul. Funaro está preso em Brasília e negocia sua delação com a Procuradoria-Geral da República. — Se ele fizer a delação, vamos pedir o compartilhamento das informações com a investigação — disse a delegada Ana Paula Costa.

Em comunicado, a Eletrobras, da qual Furnas é subsidiária, afirmou que contratou uma investigação interna independente para avaliar possíveis irregularidades, e que é a "principal interessada" na elucidação dos fatos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Reuters****Título: Espanhóis viram maior acionista da Neoenergia**

Neoenergia vai incorporar Elektro, da espanhola Iberdrola Energia.

O grupo de energia elétrica Neoenergia firmou acordo de acionistas que o permitirá incorporar a Elektro Holding, da espanhola Iberdrola Energia, que passará a ser majoritária no negócio após a associação, informou a companhia em fato relevante nesta quinta-feira (8).

Após a implementação da operação, a Iberdrola terá 52,45% da Neoenergia, contra 39% atualmente. Os demais sócios da elétrica, Previ e BB Banco de Investimentos, ficarão com 38,2% e 9,35%, respectivamente, ante 49% e 12%.

A Neoenergia atua em geração, transmissão e comercialização de eletricidade, além de controlar distribuidoras de energia na Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Já a Elektro, que pertence 99,9% à Iberdrola, controla operações de

distribuição de energia em São Paulo e Mato Grosso do Sul, além de possuir ativos de geração renovável.

"A operação resultará no surgimento de uma companhia líder no setor elétrico na América Latina, com sede e centro de operações no Brasil, e com sócios relevantes... o que assegura o compromisso da companhia combinada em desenvolver o setor elétrico brasileiro", disse a Neoenergia em seu comunicado ao mercado.

O negócio está sujeito à aprovação da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Marcelo Toledo

Título: Empresa brasileira é primeira a obter aval para cana transgênica

O CTC (Centro de Tecnologia Canavieira) obteve nesta quinta-feira (8) aprovação para uso comercial da primeira cana-de-açúcar geneticamente modificada no mundo. A liberação abrange a cana sob ponto de vista ambiental e de segurança humana e animal, o que significa que o açúcar produzido a partir dela é seguro.

A aprovação, da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança), ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ocorre um ano e meio após o CTC protocolar o pedido e é vista pelo centro como um novo marco para a indústria açucareira no país, por permitir o combate à broca da cana, principal praga que ameaça a cultura. Os estudos para a nova variedade começaram há sete anos e meio.

A variedade, chamada CTC 20 Bt, tem como característica a resistência à broca (*Diatraea saccharalis*), responsável por perdas que chegam a R\$ 5 bilhões por ano ao setor —ela reduz a produtividade agrícola e industrial e a qualidade do açúcar, além de gerar custos com inseticidas.

Os estudos apresentados mostraram que tanto o açúcar quanto o etanol obtidos a partir da CTC 20 Bt são idênticos aos produzidos atualmente e que não foram constatados danos ao solo, à cana ou às populações de insetos —exceto às pragas, principalmente a broca.

Para ser colocada no mercado, ainda é necessário o aval do CNBS (Conselho Nacional de Biossegurança), que analisará os impactos socioeconômicos da liberação.

"Passamos sem problemas pela CTNBio e vamos para o CNBS com confiança de que os resultados da cana geneticamente modificada são substanciais e, portanto, não esperamos impactos ou questionamentos de mérito", disse Sergio Mattar, diretor do CTC.

Segundo ele, a expectativa é que em 30 dias ocorra a aprovação definitiva. "Os benefícios se refletirão num aumento significativo da produtividade, a partir do controle eficiente da praga [broca]."

O CTC é uma empresa focada em pesquisa, desenvolvimento e comercialização de variedades de cana e tem como acionistas o BNDESPar e os principais grupos do setor sucroenergético do país.

EXPORTAÇÕES

Após a aprovação do CNBS, as mudas serão introduzidas em clientes selecionados a partir de outubro e, num período de dois a três anos, o CTC prevê a liberação mundial da comercialização do açúcar produzido a partir da cana geneticamente modificada.

A avaliação do CTC é que não haverá resistência porque outras culturas, como milho, soja e algodão, já obtiveram essa aprovação internacional há mais de uma década e envolviam questões mais complexas.

O Brasil exporta açúcar atualmente para cerca de 150 países.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Notas

Rio...

A Santo Antônio Energia tem novos presidente e diretor financeiro: Roberto Junqueira Filho e Nilmar Foletto. Ambos têm perfil ligado à geração de energia.

Água e ar.

O governo de São Paulo inaugura nesta sexta torres eólicas da usina hidrelétrica de Porto Primavera. O aporte foi de R\$ 6 milhões.

...Madeira.

Os executivos vêm de Furnas, um dos acionistas. Substituem profissionais ligados a outro sócio, a Odebrecht

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Energia caseira

O Assaí Atacadista, do Grupo Pão de Açúcar, vai gerar a própria energia em dez novas lojas nos próximos dois anos, segundo o presidente Belmiro Gomes.

Algumas operações serão inauguradas com placas fotovoltaicas. Um número não definido de unidades existentes também receberá usinas de energia solar.

O atacadista abrirá em Goiânia, até julho, sua segunda operação com sistemas geradores.

"Serão 8 mil m² de painéis no telhado da unidade, com capacidade de 920 KWp (kilowatt pico), uma economia de 40% do consumo da loja", diz Gomes.

A empresa não divulga o valor que será investido.

O preço de cada unidade varia muito de acordo com o local, porte e estrutura utilizada, mas o aporte para uma usina com essas características é de pelo menos R\$ 1 milhão, segundo estimativas do mercado.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petrobras retira Andrade Gutierrez de 'lista suja'

A empresa é a segunda construtora a sair da lista suja da estatal após acordo de leniência

A Petrobras informou nesta quinta (8) que assinou termo de compromisso para por fim ao bloqueio de novas contratações com a construtora Andrade Gutierrez.

É a segunda construtora a sair da lista suja de contratações da estatal em um período de duas semanas - a outra foi a Carioca Engenharia, no dia 27 de maio.

De acordo com a Petrobras, a Andrade Gutierrez está apta a deixar a lista por ter firmado acordo de leniência com o MPF (Ministério Público Federal) e ter adotado medidas internas de governança avaliados pela estatal.

Entre as ações impostas para o fim do bloqueio, diz a estatal, estão a criação de uma estrutura interna de conformidade, a adoção de canais independentes de denúncias e de códigos de ética e de conduta alinhados com a legislação anticorrupção.

Em seu acordo de leniência, fechado em maio de 2016, a construtora foi multada em R\$ 1 bilhão.

A Andrade Gutierrez e outras empresas investigadas pela Lava Jato entraram na lista em 29 de dezembro de 2014, após revelações de pagamento de propinas e formação de cartel para disputar licitações da estatal.

"A adoção dessa medida teve por finalidade resguardar a companhia e suas parceiras de danos de difícil reparação financeira", disse, em nota divulgada nesta quinta, a Petrobras.

Atualmente, 21 empresas estão proibidas de participar de licitações, incluindo a Andrade Gutierrez.

Antes da Carioca, a Petrobras já havia retirado o bloqueio da TKK Engenharia, cujo processo foi arquivado pela CGU (Controladoria Geral da União), e da Setal.

O anúncio de saída da Andrade Gutierrez da lista foi feito no mesmo dia em que a Petrobras informou ao mercado ter rompido contrato de fornecimento de gás à Âmbar, empresa de energia dos mesmos controladores da JBS, porque executivos do grupo admitiram pagamentos a agentes públicos para tentar resolver uma disputa com a estatal no Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

Neste caso, a estatal alega que uma cláusula instituída em contratos firmados após a promulgação da Lei Anticorrupção, de 2013, determina a rescisão em casos como esse.

Em nota, a Petrobras afirmou que "segue acompanhando o andamento de eventuais acordos de leniência e adoção de medidas de conformidade pelas demais empresas da lista do bloqueio cautelar".

Segundo a estatal, outras companhias estão, neste momento, passando por auditorias em seus sistemas de governança e poderão deixar a lista em breve. A empresa, porém, não cita os nomes.

FORNECIMENTO DE GÁS

O anúncio foi feito no mesmo dia em que a Petrobras informou ao mercado ter rompido contrato de fornecimento de gás à Âmbar, empresa de energia dos

mesmos controladores da JBS, porque executivos do grupo admitiram pagamentos a agentes públicos para tentar resolver uma disputa com a estatal no Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

Neste caso, a companhia alega que uma cláusula instituída em contratos firmados após da promulgação da Lei Anticorrupção, de 2013, determina a rescisão em casos como esse.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Negócios

Autor: Luciana Cottet

Título: 'Venda de ativo não é opção, é necessidade'

Entrevista : Bernardo Alvarenga, presidente da Cemig

Para reduzir endividamento, companhia de energia quer se desfazer de pelo menos R\$ 3 bi em ativos até meados de 2018

Com um alto endividamento e muitos compromissos a vencer entre 2017 e 2018, a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) enfrenta o desafio de obter recursos para pagar suas dívidas ou renegociá-las junto a seus credores. Em entrevista ao Estadão/Broadcast, o presidente da companhia, Bernardo Alvarenga, ressaltou a importância de vender ativos para garantir a redução do endividamento e indicou que alguns dos negócios podem ocorrer no curto prazo, com avanços importantes ainda este mês, como a venda da participação na Santo Antonio Energia e a entrada de um sócio estratégico na Renova.

O plano da Cemig, anunciado no dia i.º, é vender até meados de 2018 entre R\$ 3 bilhões e R\$ 3,5 bilhões em ativos, de uma lista com valor patrimonial ou de mercado que soma R\$ 6,56 bilhões. Além disso, planeja realizar uma emissão de eurobônus e renegocia com bancos comerciais algumas de suas dívidas, buscando novos prazos de carência e amortização.

Embora a mensagem tenha sido bem recebida pelo mercado, por causa da maior clareza na divulgação da estratégia traçada, investidores e analistas ainda veem com ceticismo o plano, em função de tentativas em anos anteriores que não tiveram sucesso. "A maior demonstração de que vamos fazer (os desinvestimentos) é a necessidade financeira da Cemig, não tem nada mais importante do que isso. A questão é: não é uma opção, é uma necessidade", disse o executivo.

- A companhia anunciou semana passada um novo plano para redução do endividamento. O mercado gostou, mas mantém certo ceticismo, porque lembra

que promessas similares foram feitas no passado, mas não se efetivaram. Por que desta vez será diferente?

Concordo que a Cemig, neste assunto de desinvestimento, não teve resultado tão prático, tão grande que pudesse demonstrar o que estamos fazendo, mas isso é demorado mesmo. Ontem vi o caso da Petrobrás, que tem um desinvestimento de R\$ 17 bilhões para fazer, e o Tribunal de Contas da União (TCU) breiou. Tiveram de chamar o TCU para explicar como deveria ser feito. Empresa estatal tem uma dificuldade imensa, porque as coisas são diferentes da privada - onde os donos vão lá e vendem, não têm de dar satisfação a ninguém. Até mesmo para demonstrar o preço de venda temos de explicar por que não vendemos por valor maior ainda. E estamos num momento (difícil) na economia brasileira... O ano de 2016 foi muito crítico. E essas coisas não podem ser feitas atabalhoadamente porque há muitos entraves em questão que temos de vencer. Mas vamos fazer e as coisas estão caminhando bem. Temos alguns ativos com propostas na mesa. A qualquer momento vamos divulgar.

- Mas a conclusão das negociações não depende só da Cemig...

A maior demonstração de que vamos fazer é a necessidade financeira da Cemig, não tem nada mais importante do que isso. Precisamos vender. Entre escolher vender Santo Antonio ou ficar na situação que estamos, vamos vender Santo Antonio; entre vender a Light Energia, ou até a Light, ou ficar nesta situação, vamos vender a Light ou a Light Energia. Entre vender Belo Monte ou ficar na situação que estamos, temos de vender. A questão é: não é uma opção, é uma necessidade. Qualquer um que pegar nosso balanço, ali está demonstrada a nossa situação financeira, verifica que precisamos fazer isso, independentemente de quem esteja aqui.

- O cenário político instável e a quantidade de ativos à venda dificultam a execução do plano da Cemig?

É um desafio maior. Se fosse só nossa empresa vendendo era mais fácil. Há um jogo, uma estratégia negocial que não é resolvida assim. São ativos valiosos, tem toda uma análise, questões de investimentos que foram feitos, não é um negócio simples. Muitas vezes são investidores internacionais, que têm de ir lá fora acertar a discussão. Tudo é um jogo, faz parte da estratégia, sabemos disso e temos de procurar defender a empresa. Mas que vamos vender, precisamos vender, precisamos resolver o problema do endividamento da companhia.

- Dos ativos colocados à venda, a Cemig sinalizou que Taesa e Light Energia seriam os de maior liquidez. É por estes que começarão as vendas?

Na Taesa temos ações bem valorizadas, fica fácil de vender, vendemos em bolsa mesmo. Se for necessário, vamos negociar toda a fatia que não faz parte do controle. Se julgarmos que é necessário, apesar de ser uma empresa com resultados fabulosos, arrumada, vamos vender.

- E no caso da Light Energia? A sinalização era de que já havia um comprador, a Aliança (joint venture da Cemig e Vale), que também poderia comprar outras usinas colocadas à venda...

A Aliança está tranquila, é uma companhia sem problemas, não tem dívida, ela tem como nos pagar.

- A Cemig segue buscando um sócio para comprar a participação na Light SA?

Pode ser sócio, um "follow on" (nova oferta de ações) , um terceiro. Mas vamos vender.

- E para Renova? A Cemig apontou que a intenção é trazer um sócio estratégico...

Está em andamento. São três negociações que estão sendo feitas para o caso da Renova. Uma empresa está com proposta na mão. As outras duas estão chegando.

- O sr. citou Santo Antonio e Belo Monte entre os ativos a serem desinvestidos, mas são duas vendas complicadas e sobre as quais se comenta há algum tempo. Por que agora destravariam?

Santo Antonio pode ter uma surpresa a qualquer momento. Não está assinado, mas as negociações estão aceleradas.

- E para Belo Monte, tem alguma aproximação mais firme?

Não. Belo Monte está em construção ainda, tem muitas máquinas para entrar, um problema de linha, então é uma negociação que vai demorar. Só depois que o pessoal tiver tranquilidade de que está tudo caminhando bem, que as turbinas estão entrando, que a linha está resolvida. É uma usina muito grande, a terceira maior do mundo, não é tão simples quanto Santo Antonio.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Petrobrás e Eletrobrás vão reforçar aportes no programa Avançar

Retomada de obras paradas é estratégia do governo em agenda positiva a ser lançada após a decisão do TSE

Em busca de uma agenda positiva para anunciar após essa semana decisiva no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o governo corre para fechar o programa Avançar, com obras ou etapas de obras importantes a concluir até o final de 2018. Antes restrito aos projetos tocados com recursos do Orçamento Federal, o programa ganhou ontem novos componentes, com a inclusão de investimentos em energia a cargo de Petrobrás e Eletrobrás e o programa Minha Casa, Minha Vida.

Originalmente estimado entre R\$ 53 bilhões e R\$ 59 bilhões, o programa poderá ser acrescido de cerca de R\$ 200 bilhões, se entrarem os investimentos das empresas estatais de energia, segundo fontes. Por causa das dificuldades de caixa, o Avançar enfrentou questionamentos dentro do próprio governo. Havia receio de apresentar à sociedade um programa grandioso, mas sem "entregas", como foi o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), dos governos do PT.

Essas ressalvas, porém, pareciam superadas ontem, quando foi realizada mais uma reunião sobre o tema. O Avançar é, na prática, um subconjunto do PAC, com os itens que ficarão prontos até o fim de 2018. O programa criado pelas administrações petistas, aliás, continua vivo no atual governo, para designar os projetos prioritários cujos recursos, ao menos em tese, não são contingenciados.

Tal como o PAC, o Avançar é estruturado por temas. O principal é o de infraestrutura. Nele, serão incluídas a conclusão das obras do trecho Sul da Ferrovia Norte-sul (FNS), entre o fim de 2017 e o início de 2018, e a pavimentação da BR-163 no Pará. Também está prevista a conclusão de algumas etapas da transposição do São Francisco. Na parte de energia, entrarão investimentos a cargo da Eletrobrás e da Petrobrás. Haverá ainda um capítulo para o Ministério das Cidades, responsável pelo programa Minha Casa Minha Vida. A previsão é que, até o final de 2018, sejam entregues 260 mil unidades na faixa 1, destinada às famílias que ganham até R\$ 1,8 mil por mês.

O Avançar terá capítulos também para Educação e Saúde. No total, há 11 ministérios envolvidos nas discussões. Outra agenda é a aprovação de novos projetos de infraestrutura para concessão à iniciativa privada por meio do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Além da nova rodada de concessão de aeroportos, o conselho deverá aprovar a inclusão, no programa, da 3ª rodada de licitação de áreas de petróleo do pré-sal, com quatro áreas cujo bônus mínimo foi fixado em R\$ 4,35 bilhões no total. Também haverá novas rodovias, como o trecho da BR-364 em Rondônia e, possivelmente, a BR-163 entre Sinop (MT) e Miritituba (PA). / L.A.O. e VERA ROSA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Fátima Laranjeira****Título: Petrobrás retira Andrade Gutierrez de 'lista negra'**

Com saída da construtora, vinte empresas continuam impedidas de participar de Licitações da estatal

A Petrobrás informou ontem que firmou um termo de compromisso com a Andrade Gutierrez para retirada de bloqueio cautelar que impedia a empresa de participar de licitações da estatal, após a construtora ter assinado um acordo de leniência no âmbito da Operação Lava Jato. No acordo de leniência, homologado em maio de 2016, a Andrade Gutierrez, uma das empresas investigadas pela Operação Lava Jato, comprometeu-se a pagar R\$ 1 bilhão. A empresa estava impedida de participar de licitações da petroleira desde dezembro de 2014, quando veio à tona o pagamento de propina e formação de cartel na disputa de licitações da estatal.

Em nota, a Petrobrás afirma que "a Andrade Gutierrez tornou-se elegível para a assinatura do referido Termo por ter firmado acordo de leniência com o Ministério Público Federal (MPF) e adotado um conjunto de medidas, que foram verificadas pela Petrobrás, por meio de procedimento de due diligence de integridade". Entre as obrigações previstas no termo de compromisso está a manutenção de um programa de integridade efetivo, em conformidade com a legislação anticorrupção e constituído de pontos de melhoria específicos estabelecidos pela Petrobrás.

Bloqueio. Segundo a petroleira, cerca de 20 empresas ainda estão impedidas temporariamente de serem contratadas e de participarem de licitações da companhia, devido ao bloqueio cautelar decorrente da Lava Jato. A empresa afirma ainda que segue acompanhando o andamento de eventuais acordos de leniência e adoção de medidas de conformidade pelas demais companhias da lista do bloqueio cautelar.

Há duas semanas, a Petrobrás já havia tirado outra construtora da chamada lista negra. A Carioca Engenharia também firmou um acordo de leniência com o Ministério Público Federal e por isso, segundo a estatal, poderá voltar a participar de licitações futuras.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Negócios****Autor: Reuters**

Título: Leilão do governo paulista na Cesp está previsto para setembro

O Estado de SP tem 40,5% do capital da empresa de energia e pode levantar R\$ 2 bi se vender toda a sua participação

O leilão que o governo do Estado de São Paulo prepara para vender sua participação na elétrica Cesp, na qual é controlador, está previsto para acontecer em setembro deste ano, disseram à Reuters duas fontes com conhecimento do assunto. O governo paulista possui 40,5% do capital da Cesp, com 95% das ações ordinárias, com direito a voto. A companhia opera três hidrelétricas em São Paulo que somam 1,65 gigawatts em capacidade instalada.

Se vender toda sua participação, o governo paulista poderia levantar algo próximo de R\$ 2 bilhões, considerando os valores atuais das ações ordinárias e preferenciais. Segundo uma das fontes, que falou sob anonimato porque as discussões não são públicas, estão sendo fechados os últimos detalhes para a venda do controle da companhia, e a data de setembro tem sido considerada "possível e conveniente" pelas partes envolvidas.

O Estado de São Paulo já havia avaliado uma possível venda de sua fatia na Cesp em outras ocasiões, mas não levou o plano adiante devido à incerteza sobre a renovação de contratos de concessão de três usinas da empresa.

Após a devolução dos ativos à União, o governo paulista voltou a avaliar em meados do ano passado a privatização da Cesp com as concessões que ela ainda detém.

Depois de a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo admitir em julho de 2016 que levaria adiante o processo para a privatização, as ações da Cesp dispararam. No dia da fala sobre a venda, os papéis da companhia saltaram quase 15%. Desde o aceno sobre a possibilidade de venda do controle, as ações da Cesp acumulam valorização de 35%.

Procurada, a Secretaria de Energia do Estado de São Paulo afirmou que não divulga informações relativas ao processo de venda do controle acionário da Cesp, por contrato de confidencialidade. A Cesp afirmou que não vai comentar o assunto pelo mesmo motivo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Negócios****Autor: Reuters****Título: Neoenergia anuncia incorporação da Elektro**

Grupo de energia elétrica firmou acordo de acionistas que o permitirá incorporar a Elektro Holding, da espanhola Iberdrola Energia.

O grupo de energia elétrica Neoenergia firmou acordo de acionistas que o permitirá incorporar a Elektro Holding, da espanhola Iberdrola Energia, que passará a ser majoritária no negócio após a associação, informou a companhia em fato relevante nesta quinta-feira (8).

Após a implementação da operação, a Iberdrola terá 52,45% da Neoenergia, contra 39% atualmente. Os demais sócios da elétrica, Previ e BB Banco de Investimentos, ficarão com 38,2% e 9,35%, respectivamente, ante 49% e 12% hoje.

A Neoenergia atua em geração, transmissão e comercialização de eletricidade, além de controlar distribuidoras de energia na Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Já a Elektro, que pertence 99,9 por cento à Iberdrola, controla operações de distribuição de energia em São Paulo e Mato Grosso do Sul, além de possuir ativos de geração renovável.

“A operação resultará no surgimento de uma companhia líder no setor elétrico na América Latina, com sede e centro de operações no Brasil, e com sócios relevantes... o que assegura o compromisso da companhia combinada em desenvolver o setor elétrico brasileiro”, disse a Neoenergia em seu comunicado ao mercado.

O negócio está sujeito à aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política

Autor: Fernanda Nunes

Título: Petrobrás extingue contrato com empresa da J&F

Denúncia feita por Ricardo Saud de desvios envolvendo o contrato com a petrolífera motiva o rompimento.

A Petrobrás recorreu à Lei Anticorrupção para romper contrato de fornecimento de gás natural para uma empresa do grupo J&F, de Joesley Batista, que denunciou o envolvimento do presidente Michel Temer em esquemas de desvio de recursos. Além de cortar o gás da térmica Mário Covas, empresa do grupo operada pela Âmbor Energia e situada em Cuiabá, a Petrobrás cobra R\$ 70 milhões pelo rompimento antecipado do contrato.

Em delação ao Ministério Público Federal, Ricardo Saud, da JBS, outra empresa do grupo J&F, disse ter prometido R\$ 500 mil semanais a Rodrigo Rocha Loures, ex-assessor de Temer, em troca de favorecimento no acordo de fornecimento de gás pela Petrobrás.

A propina, que Saud chamou em sua delação de “aposentadoria” antecipada para o presidente e para Loures, serviria para retribuir uma decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que obrigasse a Petrobrás a cobrar menos – o preço que o gás natural é importado pela Bolívia – no contrato firmado com a Âmbar.

A Petrobrás e a JBS travam, há meses, uma disputa em torno do preço do gás. Em nota, o Cade afirmou que o caso ainda está sendo investigado e negou qualquer interferência política em suas decisões. Após a delação de Saud, com denúncias de desvios de recursos envolvendo o contrato, porém, a Petrobrás resolveu encerrar o embate por conta própria.

Segundo a estatal, no contrato firmado com a Âmbar, a empresa do grupo J&F declara não ter pago ou oferecido qualquer vantagem indevida a qualquer autoridade pública, o que não foi cumprido, considerando a delação de Saud. A Petrobrás decidiu, então, encerrar o fornecimento que estaria garantido até 31 de dezembro deste ano e ainda pediu ressarcimento por isso.

O contrato havia sido assinado em 13 de abril de 2017. A delação de Joesley Batista resultou em um acordo de leniência da J&F – no qual o grupo terá de pagar uma multa de R\$ 10,3 bilhões – e garantiu o direito de continuar sendo contratada pelo poder público.

Resposta. A Âmbar Energia afirmou ter sido notificada pela estatal e disse que avalia o comunicado para decidir os próximos passos.

“A empresa esclarece que não é nem nunca foi alvo de investigações de atos de corrupção. Todos os fatos relatados na colaboração com a Justiça por executivos da J&F se dão no âmbito da holding, e não da Âmbar”, informou.

A empresa disse que, pelo acordo de leniência assinado pela J&F com o Ministério Público, “todas as controladas da holding poderão desenvolver suas atividades empresariais normalmente, sem qualquer restrição, inclusive no relacionamento com empresas estatais”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner

Título: Acordo poderá esticar prazo para pagar R\$ 62 bi a elétricas

O governo, empresas que detêm linhas de transmissão e grandes consumidores industriais de energia discutem formas de aliviar o impacto nas contas de luz provocado pelas indenizações multibilionárias devidas ao setor elétrico. A ideia com mais possibilidade de vingar é o alongamento do prazo de oito anos para pagar R\$ 62,2 bilhões às transmissoras com ativos construídos antes de maio de 2000 e ainda não amortizados.

O valor precisa ser desembolsado às empresas que prorrogaram suas concessões no fim de 2012, por meio da polêmica MP 579, medida provisória assinada pela ex-presidente Dilma Rousseff. Para gerar recursos suficientes, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou um adicional médio de 7,17% nas tarifas dos consumidores, válido até 2024. O repasse para as transmissoras começa agora em julho.

Duas reuniões já foram realizadas no Ministério de Minas e Energia para contornar o mal estar entre as partes. Uma liminar obtida pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace) - que tem Vale, Braskem, Gerdau, Alcoa e CSN entre suas associadas - impede judicialmente a cobrança de R\$ 9 bilhões do montante total de indenizações.

Na tentativa de evitar um prolongamento do conflito nos tribunais, o governo busca outras saídas. A alternativa considerada mais viável é uma diluição do prazo de pagamento - possivelmente com parcelas até o fim das concessões, que foram renovadas por 30 anos em 2012.

"Há ânimo dos dois lados para brigar", reconhece uma autoridade do setor elétrico. "A ideia é não revisitar todo o problema. Se voltarmos à estaca zero, isso traz uma insegurança muito grande", diz a fonte, lembrando que algumas transmissoras já colocaram uma previsão de pagamento das indenizações em seus balanços.

A autoridade ouvida pelo Valor se refere à ofensiva da Abrace para rever o custo das reparações. O presidente-executivo da entidade, Edvaldo Alves de Santana, enviou ofício à Aneel com severos questionamentos sobre os valores calculados. No ofício, relata a conclusão de auditoria própria contratada pela Abrace: os valores de indenização para uma das transmissoras - Furnas - estão inflados indevidamente em R\$ 2,2 bilhões, segundo a associação. "É apenas uma amostra das distorções", afirma Santana, que já foi diretor da Aneel e tem participado das reuniões no ministério em busca de solução.

Essa auditoria paralela demonstra, por exemplo, que uma torre metálica de 1977 tinha depreciação acumulada de 45% e um conversor de corrente contínua

implantado em 1986 estava 59% amortizado. Para a Abrace, equipamentos com quase quatro décadas de uso já deveriam estar com depreciação muito avançada ou totalmente amortizados, se forem seguidos os manuais de contabilidade e de controle patrimonial do setor elétrico. Só nesses dois ativos há uma superestimativa de R\$ 520 milhões na indenização calculada, sustenta a associação de consumidores.

Em outro caso levantado, um conversor de corrente contínua utilizado na linha de transmissão para o escoamento da usina binacional de Itaipu vale hoje cerca de quatro vezes o custo de equipamento equivalente no linhão de Belo Monte. "Os laudos validados pela Aneel precisam ser novamente avaliados", acrescenta Santana, no ofício à Aneel.

O presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate), Mário Miranda, diz que suas afiliadas não se opõem a discutir um prazo maior de pagamento das indenizações. No entanto, ele ressalta que essa diluição só deveria atingir a parte "judicializada" das compensações - ou seja, aquela correspondente à indústria, sem incluir os consumidores do mercado cativo (distribuidoras). Outra questão de honra para as transmissoras é manter o índice de correção do pagamento.

"Não podemos abrir mão de deveres, nem de direitos", pontua Miranda. O executivo descarta a reabertura de negociações em torno de valores e avisa que, se isso acontecer, as concessionárias estão dispostas a pleitear, inclusive, indenizações maiores.

Embora as concessões das empresas de transmissão tenham sido renovadas há mais de quatro anos, o pagamento dos ativos pré-2000 só vai começar no mês que vem. Miranda lembra que, no meio tempo, as companhias recorreram a empréstimos bancários com taxas elevadas para honrar seus compromissos operacionais. No ano passado, por exemplo, elas investiram R\$ 3,1 bilhões em obras de reforços e melhorias no sistema. "Isso gerou desequilíbrios no nosso segmento", completa o presidente da Abrate, notando que, enquanto não houve definição em torno dos pagamentos, os leilões de novas linhas de transmissão ficaram sem a presença das atuais concessionárias.

Nos bastidores, a Aneel tem defendido com força seus cálculos para as indenizações. O ministério não pretende contrariar a agência. Só estuda mudar o indexador dos pagamentos. Quase 60% do montante total de R\$ 62 bilhões devido às transmissoras têm origem no custo financeiro.

Para uma fonte graduada do governo, houve uma "lambança" da ex-presidente Dilma ao lidar com o assunto. Para renovar seus contratos, as concessionárias tiveram que abrir mão de mais de 70% de suas receitas.

O objetivo era reduzir as tarifas para os consumidores. Só que a Reserva Global de Reversão (RGR), fundo específico para o pagamento de indenizações no setor elétrico, foi esvaziada muito antes de quitar a fatura. Aí veio a ironia da história: depois de uma redução de 20% nas contas de luz, tão celebrada por Dilma, foi preciso criar um adicional tarifário justamente para pagar essa "bondade".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho

Título: CNPE inclui mais uma área do pré-sal para leilão

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou ontem a inclusão de mais uma área do pré-sal na 4ª rodada de partilha, prevista para o ano que vem. Um bloco ao sul do prospecto de Uirapuru se somará, na licitação, à própria área de Uirapuru, Três Marias e Saturno, na Bacia de Santos, e mais quatro blocos exploratórios situados na Bacia de Campos.

O diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Décio Oddone, disse que viajará na próxima semana à Ásia para um road show de apresentação do calendário de leilões do Brasil. A lista de destinos inclui Malásia, Cingapura, China, além da Austrália, na Oceania. E destacou que a receptividade das estrangeiras aos leilões do pré-sal tem sido positiva.

"Acredito na competição por todas as áreas do pré-sal", disse Oddone, ao ser questionado sobre a expectativa de concorrência de outros operadores nas áreas onde a Petrobras manifestou direito de preferência pela operação (Peroba e Alto do Cabo Frio Central).

Durante a reunião de ontem, o CNPE aprovou também um mecanismo de oferta permanente de áreas para exploração e produção. A ideia é que a medida funcione como um modelo de oferta alternativo às rodadas de licitações, no qual as petroleiras possam arrematar novas áreas sem a necessidade de esperar os leilões anuais.

Oddone explicou que o assunto ainda carece de regulamentação pela própria ANP, mas que a ideia da agência é disponibilizar ao mercado um conjunto de ativos, sejam de áreas oferecidas e não arrematadas em leilões passados, sejam de áreas devolvidas à União. A partir da definição desse "cardápio", os ativos ficariam disponíveis para que as petroleiras manifestem, a qualquer momento, o interesse pelas áreas. Oddone, contudo, afirmou que a ANP ainda definiu como se daria o processo de concorrência pelos ativos.

Segundo ele, o modelo terá como foco a oferta constante de áreas para que pequenas e médias produtoras possam atualizar seus portfólios com frequência. "O foco é dar maior regularidade na oferta, vai dar uma dinâmica maior para a atividade onshore (terrestre). Também queremos oferecer campos devolvidos ou áreas com descobertas devolvidas no offshore (marítimo)", disse Oddone ao Valor.

O CNPE aprovou também as diretrizes estratégicas que nortearão uma nova política para o setor de biocombustíveis, no âmbito das discussões do programa RenovaBio, entre elas a necessidade de introduzir mecanismos de mercado para "induzir a eficiência produtiva e a competição, com a menor emissão de gases causadores de efeito estufa". Um grupo de trabalho foi instituído para avaliar, em até 60 dias, propostas de revisões normativas para o setor.

O conselho criou, ainda, comitês de monitoramento dos mercados de etanol e biodiesel e apreciará "em breve" a proposta de antecipar para março de 2018 a elevação da mistura do biodiesel no diesel para 10% (B10).

O CNPE aprovou, ainda, as diretrizes do programa Combustível Brasil, que visa propor medidas de estímulo à livre concorrência e novos investimentos no refino e derivados. O conselho também recomendou à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e ANP que regulem as penalidades para geradores e supridores de combustível em casos de falta de combustível para despacho térmico.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e André Ramalho

Título: Petrobras deixa térmica da J&F sem gás

Em meio às queixas de represália após a delação premiada de Joesley Batista, o grupo J&F sofreu um novo revés em seus negócios no Brasil. A Petrobras decidiu rescindir o contrato de fornecimento de gás para a termelétrica Cuiabá, de 480 megawatts (MW), operada pela Âmbor Energia, do grupo J&F. A estatal atribuiu a ruptura à violação de cláusula contratual que trata da legislação anticorrupção.

O rompimento do contrato marcou mais um capítulo da disputa entre a Âmbor e a Petrobras sobre o fornecimento de gás. Desde que a usina foi comprada, no início de 2015, as companhias vêm travando uma disputa no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) devido às acusações de que a estatal exerce monopólio na compra de gás da Bolívia.

A Âmbor tem um gasoduto conectado diretamente ao país, mas a Petrobras tem o contrato de gás e controla os preços.

Desde a assinatura do contrato de suprimento de gás para a termelétrica de Cuiabá, entre a Petrobras e a Âmbor Energia, em abril, a usina vinha gerando receitas de forma relativamente constante para a empresa do grupo J&F. Embora não opere há 11 dias, a termelétrica despachou em 42 dos 57 dias de vigência do contrato, segundo levantamento feito pelo Valor.

A denúncia de corrupção teria justamente relação com a disputa no Cade. Segundo o conteúdo dos depoimentos prestados pela J&F no âmbito da delação premiada, a holding pediu a interferência do então deputado Rodrigo Rocha Loures para resolver a disputa com a Petrobras e viabilizar a operação da termelétrica. Em troca, Joesley Batista teria oferecido 5% do lucro obtido com a geração de energia na usina ao presidente Michel Temer, e Loures teria aceitado a troca.

No contrato vigente com a Âmbor, firmado em 13 de abril e válido até o fim deste ano, a empresa da J&F declarava não ter pago ou oferecido "qualquer vantagem indevida a qualquer autoridade pública". A Petrobras, porém, disse ter tomado conhecimento do teor da delação premiada de executivos da J&F, que teriam admitido que cometeram atos que violam a legislação anticorrupção.

Diante disso, a estatal resolveu rescindir o contrato e exercer o direito de cobrar uma indenização de R\$ 70 milhões, considerando-se o prazo remanescente até a efetiva extinção do contrato, que ocorrerá dez dias após a notificação.

Em nota enviada ao Valor, a Âmbor disse que ainda está avaliando quais os próximos passos que vai adotar, como recorrer à Justiça. A empresa destacou ainda que "não é e nem nunca foi alvo de investigações de atos de corrupção", uma vez que todos os atos relatados por executivos da J&F se deram no âmbito da holding.

Além disso, o acordo de leniência firmado entre a J&F e o Ministério Público Federal (MPF) "blindou" as controladas do grupo. Segundo a Âmbor, todas as controladas da holding estão autorizadas a celebrar contratos com instituições e empresas públicas.

A Âmbor alega que a estatal cobra preços excessivos sempre que o valor à vista de energia sobe e passa a valer a pena despachar a termelétrica. A Petrobras diz que seus critérios de preço do contrato rescindido tinham sido baseados em condições de mercado e "espelham contratos assinados pela Petrobras com outros clientes". O preço vigente do contrato que será extinto é de US\$ 6,07 por MMBtu, comparável ao valor das importações bolivianas de US\$ 4,29 por MMBtu. (Colaborou Stella Fontes)

Seção: Empresas**Autor: Camila Maia, Ivo Ribeiro e Juliana Machado****Título: Neoenergia incorpora Elektro e se torna maior distribuidora**

Ao incorporar as operações da Elektro Redes S.A., a Neoenergia se tornará a maior distribuidora de energia do Brasil em termos de número de clientes e de base de ativos regulatórios (RAB, na sigla em inglês). Além disso, dará à Previ e ao Banco do Brasil uma oportunidade para sair da empresa, ou reduzir suas participações.

A nova companhia, conforme informação, terá uma receita bruta agregada de € 7,93 bilhões (R\$ 30,5 bilhões). No ano passado, a Neoenergia obteve R\$ 22,2 bilhões; a Elektro, R\$ 4,5 bilhões).

Os acionistas controladores da Neoenergia - a espanhola Iberdrola, Previ e Banco do Brasil - fecharam na quarta-feira à noite o contrato para que as operações da Elektro sejam incorporadas.

Atualmente, a Previ detém 49% do capital da Neoenergia; a Iberdrola, 39%; e o Banco do Brasil, 12%. Com a incorporação, o grupo espanhol (dono de 99,99% da Elektro) será titular de 52,45% do capital da empresa combinada, a Previ ficará com 38,21%; e o BB-BI, por sua vez, vai deter 9,35%.

O Valor apurou que a operação está em linha com o objetivo dos - agora - sócios minoritários, de melhorar a condição de liquidez da companhia. Com a incorporação, a Neoenergia passará a ser o veículo exclusivo da Iberdrola no Brasil, ficando melhor posicionada para crescer ou fazer uma oferta pública inicial de ações (IPO).

O IPO, inclusive, era uma alternativa pensada para a Neoenergia antes mesmo da incorporação da Elektro. Segundo uma fonte próxima das negociações, os sócios agora esperam apenas por uma janela de mercado para fazer a operação, o que pode acontecer ainda neste ano.

O objetivo da Previ, porém, não é sair totalmente da Neoenergia, ao menos por enquanto. O Valor apurou que a fundação pretende continuar na empresa no longo prazo, avaliando o melhor momento para desinvestir no futuro.

A incorporação, que ainda está sujeita a aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), se dará por meio de um aumento de capital da Neoenergia, que será totalmente subscrito pela Iberdrola. A operação terá como contrapartida os ativos da Elektro.

Será assinado um novo acordo de acionistas. Caberá à Iberdrola indicar a nova diretoria da empresa, com exceção da diretoria financeira, que será da Previ e do Banco do Brasil. Nas próximas semanas, deve ter início o processo de integração entre as empresas e a composição da diretoria.

Segundo fontes de mercado, há grande chance de que o atual presidente da Elektro, Márcio Fernandes, seja nomeado presidente da "nova" Neoenergia. A atual presidente, Solange Ribeiro, foi indicada em conjunto pelos três sócios e está no cargo desde 2012.

Até a data do fechamento da operação, Neoenergia e Elektro seguirão sendo administradas separadamente. Também não houve nenhuma decisão sobre a sede da empresa, se será em Campinas (onde fica a Elektro) ou no Rio de Janeiro (sede da Neoenergia).

A Neoenergia têm presença em 11 Estados no país, somando geração, transmissão, distribuição e comercialização. Já a Elektro atende 223 município do interior de São Paulo e cinco em Mato Grosso do Sul, somando 2,5 milhões de unidades consumidoras.

A operação terá como consequência um aumento de capital social da Neoenergia, mas não vai resultar na venda do controle ou de qualquer uma de suas controladas. Segundo a empresa, a principal motivação da operação foi a criação de uma das maiores empresas elétricas brasileiras, com fortes perspectivas de expansão.

Em número de clientes, torna-se a maior distribuidora de energia do país, com 13,4 milhões de unidades atendidas. A CPFL, que era a líder até então, tem 9,3 milhões de consumidores. Considerando o principal indicador que o mercado usa para avaliar as empresas de distribuição, a base de ativos regulatória (RAB), a nova Neoenergia será a maior do país.

Levantamento da consultoria Thymos Energia a pedido do Valor mostrou que a base bruta de ativos de distribuição do Grupo Neoenergia soma cerca de R\$ 13 bilhões, mas pode chegar a R\$ 18 bilhões depois da incorporação da Elektro. A da Light, maior do país nesse indicador, é de R\$ 15,7 bilhões. Já a CPFL Energia tem R\$ 15,5 bilhões de ativos, seguida pela Cemig, com R\$ 15,4 bilhões.

A nova Neoenergia só perderia para a Cemig ao se considerar sua participação na Light, que resulta numa base bruta de ativos regulatórios de cerca de R\$ 19 bilhões. A Eletropaulo, que tem a maior área de concessão única do país, tem uma base de R\$ 12 bilhões.

Em termos de energia distribuída, a CPFL continuará sendo a maior do país. Em 2016, as distribuidoras do grupo venderam 57 mil gigawatts-hora (MWh), com

uma fatia de 14,3% do mercado. Somando a energia distribuída pela Neoenergia e pela Elektro no ano passado, foram 54 mil GWh.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás

Título: Minério atinge pior valor em 11 meses e pode cair mais

Já no menor patamar dos últimos onze meses, o minério de ferro pode se enfraquecer ainda mais no curto prazo, antes de se estabilizar para refletir melhor os fundamentos econômicos, apostam analistas. Assim que a demanda chinesa arrefecer, o que é esperado para as próximas semanas, é possível que no início do segundo semestre os preços já caiam abaixo de US\$ 50 por tonelada e flertem com um patamar menor, perto de US\$ 40.

Ontem, a commodity com pureza média de 62% terminou cotada em US\$ 55,36 a tonelada no porto chinês de Qingdao, leve queda de 0,1% mas ainda assim uma confirmação do pior valor desde 8 de julho do ano passado. A queda acumulada em 2017 já chega em 29,8% e a média do segundo trimestre, de US\$ 64,75, representa queda de 24,4% ante os três primeiros meses do ano. Em comparação anual, porém, ainda há crescimento de 16,7%.

A desvalorização reflete a projeção dos agentes do mercado de que o volume de oferta acima da demanda mundial vai se elevar nos próximos meses. Na China, por exemplo, maior consumidora da matéria-prima no mundo, o pico sazonal de produção de aço está próximo de acabar, em um momento no qual as principais mineradoras aceleram seu ritmo de produção.

Por enquanto, porém, o nível de compras chinesas segue forte. No mês passado, revelou a Alfândega da China, foram importadas 91,5 milhões de toneladas de minério, altas de 5,5% sobre o mesmo período de 2016 e de 11,3% ante abril. Essa quantidade aponta para mais um mês forte de fabricação de aço no país, acompanhando a aceleração que se iniciou no fim do ano passado.

Mas daqui para frente, a expectativa é de que as siderúrgicas coloquem o pé no freio. Em relatório, a ANZ Research, corretora australiana, disse que não é hora de se tornar otimista quanto às compras de minério pelos chineses. "Ainda é muito prematuro para se ter uma conclusão sólida. A perspectiva de formação bruta de capital fixo e construção de infraestrutura será crítica para o nível de importações", afirma.

É esse momento mais fraco que está se refletindo nos preços do minério. O banco BTG Pactual chegou a escrever, também em relatório, que a rápida queda

vivenciada pela commodity foi notável, dados os fortes fundamentos econômicos.

Carsten Menke, analista do Julius Baer, afirma que o desempenho é mais uma evidência clara da influência que a especulação financeira tem sobre o mercado físico hoje. "A queda dos preços é grande, apesar de não haver nenhum impacto relevante na oferta e na demanda no curto prazo", comenta, em entrevista ao Valor.

Rápida desvalorização das últimas semanas reflete a projeção do mercado de excesso ainda maior da oferta

No outro lado, o da demanda, contudo, existe uma fonte de pressão. Isso porque Austrália e Brasil, maiores produtores da matéria-prima internacionalmente, estão com projetos de expansão de baixo custo. Em maio, por exemplo, Pilbara, que é a região australiana exportadora de minério, vendeu 44 milhões de toneladas ao exterior - um recorde. O Brasil, ao mesmo tempo, se recuperou de um momento de baixa no início do ano, e chegou a 35 milhões de toneladas.

Agora, conjuntamente, Vale, Rio Tinto, BHP e Roy Hill, principalmente, acenam com uma inundação de ferro no mercado transoceânico (ver gráfico acima). A folga aberta pelas importações chinesas sobre as exportações de Austrália e Brasil está se fechando - quando o nível importado cair, as exportações certamente passarão a suplantam a demanda da China.

Para Caroline Bain, economista da consultoria Capital Economics, há espaço para uma liquidação no mercado futuro, que espirre nas negociações à vista. Isso pode levar nos próximos meses o minério próximo a US\$ 40, projeta. "Mas mesmo que o preço caia abaixo dos US\$ 50, acreditamos que ele volta para US\$ 50 até o fim do ano", diz, referindo-se a sua expectativa para dezembro.

Ainda em relatório desta semana, o BTG avalia que o nível de estoques em portos da China também preocupa e ajuda a derrubar o minério. O banco é outro que espera no segundo semestre alguns momentos em que a cotação fique abaixo de US\$ 50. "Mas apesar de não descartar enfraquecimento no segundo semestre, os riscos de curto prazo parecem mais equilibrados agora", diz o texto.

Menke, do Julius Baer, lembra que o minério permanecer muito tempo abaixo de US\$ 50 pode trazer uma correção "natural" ao mercado. Produtoras de alto custo teriam de fechar as portas, por não conseguirem suportar os prejuízos gerados, o que aliviaria o excesso de oferta global.

Na média, o consenso dos analistas aponta para US\$ 55 a cotação no último trimestre de 2017.

Esse cenário desenhado de larga sobreoferta é uma das consequências da transição da economia chinesa de uma base em investimentos na infraestrutura própria para o consumo. No ano passado, o governo viu que o crescimento econômico desaceleraria demais e decidiu estimular a atividade com crédito, mas agora não existe mais essa bala na agulha da China, por conta do atual esforço de saneamento local das contas públicas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Casa dos Ventos une eólica e solar no PI

A Casa dos Ventos inaugura hoje o complexo eólico Ventos do Araripe III, com 359 megawatts (MW) de potência instalada, localizado na fronteira entre Pernambuco e Piauí. Segundo Lucas Araripe, diretor de Novos Negócios do grupo, há a possibilidade de acrescentar outros 120 MW ao complexo, por meio de placas solares que podem ser instaladas aproveitando a estrutura dos inversores das turbinas eólicas, transformando o parque em um complexo híbrido de energia eólica e solar.

Nos últimos dois anos, a Casa dos Ventos iniciou a operação de cinco complexos eólicos, somando 1,1 GW de potência e R\$ 6,5 bilhões em investimentos no Nordeste. Quatro deles, porém, foram vendidos para que a empresa pudesse reciclar capital para investir em novos projetos.

No caso do Ventos do Araripe III, o plano é manter o ativo na carteira do grupo, ao menos por enquanto. "Não temos nenhuma conversa ou direcionamento para vendê-lo", disse Araripe.

Por enquanto, a ideia da companhia é investir para otimizar o ativo já existente. Uma possibilidade é instalar um software da GE que melhora a performance das turbinas dos aerogeradores.

"Também pensamos em aproveitar a turbina da GE na instalação dos painéis solares. Dentro da turbina há uma estrutura dos inversores que podemos aproveitar na instalação de painéis solares", disse Araripe. Esses painéis devem gerar aproximadamente um terço da potência instalada do gerador eólico. Assim, se forem instalados em todos os aerogeradores, chegariam aos 120 MW, somando 480 MW em todo o complexo.

Se o plano avançar, a Casa dos Ventos vai poder aproveitar boa parte do que já foi investido em conexão elétrica, subestações e inversores do complexo eólico. "Pensamos em fazer um projeto piloto no começo", disse Araripe.

Segundo ele, o principal obstáculo, neste momento, é o fator regulatório. Não será necessário aumentar a margem de escoamento do parque, uma vez que a energia gerada pelas placas solares vai compensar os momentos em que as turbinas eólicas estiverem com menor capacidade. "Mas ao mesmo tempo, do ponto regulatório, eu precisaria de margem de escoamento para comercializar essa energia em um futuro leilão", explicou Araripe.

Outra questão é a sombra do aerogerador na placar solar. "Temos que ver com os nossos engenheiros onde instalar as placas para escapar da sombra dos aerogeradores ao longo do dia", disse.

A Casa dos Ventos investiu R\$ 1,8 bilhão no Ventos do Araripe III, composto por 14 parques, sendo nove no Piauí e cinco em Pernambuco. São 156 aerogeradores.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Petróleo em queda

O petróleo fechou em baixa ontem, próximo da mínima do ano com os investidores ainda receosos em relação ao aumento dos estoques americanos da commodity na semana passada. Os contratos do Brent para agosto caíram 0,3%, a US\$ 45,64 por barril, na ICE, em Londres. Já o WTI para julho fechou em baixa de 0,2%, cotado a US\$ 45,64, na Bolsa de Mercadorias de Nova York (Nymex). Os dados do Departamento de Energia dos EUA apontaram uma alta de 3,295 milhões de barris nos estoques americanos da commodity, contrariando a expectativa de queda de 3,5 milhões de barris.

Repsol no México

A Repsol estuda o incipiente mercado de combustíveis do México para decidir se deve abrir postos de gasolina no país, informou a Bloomberg citando pessoas familiarizadas com os planos. A Repsol poderia tomar uma decisão já no mês que vem, disse uma das pessoas. A Repsol preferiu não comentar o assunto. Uma porta-voz da Comissão Reguladora de Energia do México (CRE) disse que alguns comissários se reuniram com a Repsol em fevereiro. Se a ideia avançar, a Repsol estaria seguindo os passos de empresas como Exxon Mobil, BP e Glencore, que recentemente anunciaram planos de investir no mercado varejista de combustível do México, aproveitando as normas que possibilitam que outras empresas além da estatal Petróleos Mexicanos importem combustíveis, válidas desde abril de 2016. A empresa com sede em Madri, que possui uma refinaria e

uma rede de mais de 400 postos de gasolina no Peru, provavelmente se interessaria apenas por mercados onde possa ter uma participação de 5%, disse uma das pessoas. A abertura recente do setor de energia do México foi pensada para atrair investimentos e para promover a concorrência no mercado que antigamente era controlado pela Pemex.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Cláudia Schüffner

Título: SP cassa liminar que protegia Manguinhos

O governo de São Paulo conseguiu cassar uma liminar no Rio e agora poderá cancelar a inscrição de substituta tributária da refinaria de Manguinhos no Estado. Uma liminar concedida pela juíza responsável pela recuperação judicial, Maria da Penha Nobre Mauro, da 5ª Vara Empresarial do Rio, suspendia o processo de cassação. Mas a liminar foi derrubada pela 13ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio, que julgou agravo de instrumento interposto pelo Ministério Público de São Paulo.

Os desembargadores Gabriel Zéfiro e Mauro Martins votaram a favor do direito de São Paulo cassar a inscrição de substituta tributária de Manguinhos, contrariando opinião da desembargadora Sirley Biondi.

O procurador Alexandre Aboud, da Procuradoria do Estado de São Paulo, disse que já existe processo administrativo na Secretaria de Fazenda de São Paulo com esse objetivo. O processo estava suspenso por causa da liminar do Rio. A expectativa agora é de aprovação do pedido de suspensão. A defesa de Manguinhos alegou que a mudança na forma de pagamento dos tributos "seria ferir de morte o plano de recuperação judicial".

O procurador de São Paulo insistiu que a única mudança será na forma de pagar o imposto. Já o desembargador Gabriel Zéfiro sustentou que "o princípio da manutenção da empresa não é absoluto" e que espera que Manguinhos saia da atual situação "mas não a qualquer preço".

Segundo Aboud, além de poder "estancar o prejuízo de São Paulo" a estratégia agora será tornar a distribuidora Fera, única cliente de Manguinhos em São Paulo, devedora solidária dos tributos não pagos pela refinaria. A estimativa é que o passivo tributário mensal de Manguinhos em São Paulo seja de R\$ 45 milhões.

"Em tese a Fera paga [o tributo] e Manguinhos se apropria do ICMS. Mas acredito que ela não pague porque vende o combustível em São Paulo por preço abaixo do custo", disse o procurador ao Valor.

A dívida da refinaria de Manguinhos e da Manguinhos Química inscritas na dívida ativa de São Paulo é de R\$ 1,6 bilhão. O grupo também é o maior devedor do ICMS do governo do Rio de Janeiro, cerca de R\$ 2,4 bilhões. Nos processos aparece ainda dívida de R\$ 1 bilhão com o governo do Paraná.

A Fera está registrada no nome de pelo menos um dos acionistas da empresa Xoroque Participações, que controla a refinaria por meio da Magropar Empreendimentos e Participações. A Magropar, por sua vez, está registrada em nome de João Manuel Magro e de Romerio Aparecido Colombo, como mostra a ficha cadastral na Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp). Já o registro da Fera tem como donos João Manuel Magro, o mesmo sócio da refinaria, e Manuel Joaquim Andrade.

Manguinhos entrou inicialmente com pedido de recuperação judicial em Paranaguá (PR) em janeiro de 2013. Mas depois que a Fazenda estadual e um dos credores, a Cattalini Terminais Marítimos, entraram com recurso o processo foi redistribuído para o Rio de Janeiro, em maio de 2015. A Cattalini alegou que o grupo Manguinhos usou "falhos e inverídicos argumentos de que o centro de decisões e negócios do grupo havia sido transferido para a sede da Gasdiesel Distribuidora em Araucária (PR)".

O plano de recuperação judicial foi aprovado no dia 16 de dezembro e inclui Manguinhos Distribuidora, Manguinhos Química e Gasdiesel Distribuidora de Petróleo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Souza Ramos

Título: MP vai fixar metas de emissão de gases para distribuidoras

O governo pretende encaminhar uma medida provisória ao Congresso em 15 dias que cria metas para a redução de emissões de gases causadores do efeito estufa a serem cumpridas por distribuidores de combustíveis e um mecanismo de comercialização de "créditos" para garantir o cumprimento dessas metas.

O projeto é fruto das discussões do RenovaBio, programa de incentivo à produção e comercialização de biocombustíveis que começou a ser discutido em meados do ano passado, e que pode estimular investimentos de R\$ 120 bilhões até 2030, com geração de 500 mil empregos diretos no setor, de acordo com a expectativa do governo.

Conforme esboço do texto obtido pelo Valor, a medida provisória prevê que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) será o responsável por elaborar

metas anuais de "descarbonização" das emissões para um período de dez anos, e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) definirá metas individuais para cada distribuidora, de forma proporcional à participação de cada uma nesse mercado. As metas de redução de emissões deverão ser baseadas na oferta de biocombustíveis do ano anterior.

Para garantir o cumprimento das metas, as distribuidoras terão de comprar "créditos de descarbonização" dos produtores, em uma comercialização que ocorrerá em bolsa de valores e em mercado de balcão. O mecanismo proposto é semelhante ao que existe no mercado americano, no qual há certificados negociados entre as distribuidoras dos Estados Unidos para garantir o cumprimento das metas de mistura de biocombustíveis estabelecidas pelo governo americano.

A proposta de medida provisória, encaminhada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) à Casa Civil, prevê que os biocombustíveis negociados sob essas regras deverão ser certificados por um organismo privado credenciado pelo MME. O projeto não obriga todos os produtores a obterem a certificação, mas o produtor que não tiver um certificado não poderá entrar na comercialização dos créditos.

Cada produtor receberá uma nota de acordo com a eficiência energética de seu biocombustível. Ou seja, quanto mais energia seu biocombustível proporcionar por uma menor quantidade de gases emitidos, maior a nota recebida pelo produtor. Essa nota será multiplicada pela capacidade de produção do produtor, o que levará a uma quantidade de certificados de redução das emissões (CREs) a que o produtor tem direito de comercializar.

Os créditos também poderão ser gerados por empresas que importam biocombustíveis. Porém, os produtores nacionais devem levar vantagem, já que o produto importado terá em sua contabilização de emissões o volume emitido no transporte de navio até os portos.

Serão esses créditos que os distribuidores terão de comprar, conforme as obrigações a serem estabelecidas pelo CNPE e pela ANP. Caso o distribuidor tenha em mãos mais CREs do que o obrigatório, ele poderá segurá-los para garantir o cumprimento da meta do ano seguinte ou comercializá-los no mercado com outras distribuidoras.

O projeto prevê punições a distribuidores que não atenderem às metas individuais, para produtores de biocombustíveis que comercializarem os créditos em desacordo com a lei e até para certificadoras que cometerem fraudes.

O texto segue as diretrizes estratégicas aprovadas em reunião do CNPE ocorrida ontem. Pelas regras do conselho, suas resoluções têm até 60 dias para se tornarem projetos de lei, mas o governo pretende antecipar a apresentação do projeto, segundo uma fonte do governo.

Segundo Elizabeth Farina, presidente da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica), o conjunto das diretrizes aprovadas "é o elemento que pode destravar investimentos em capacidade" no setor, embora ainda exista um caminho para que esse mercado se concretize. "Por meio dessa negociação de certificados, no fundo se torna um mercado de carbono. E quando você cria um mercado, você cria preço que não existia", ressaltou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marina Falcão

Título: Prejuízo da Petroquímica Suape e Citepe somou R\$ 2,5 bilhões

A Petroquímica Suape e a Citepe, controladas da Petrobras em processo de venda, registraram juntas um prejuízo de R\$ 2,5 bilhões no ano passado. As perdas, 57% superiores as do ano anterior, refletem principalmente as baixas contábeis bilionárias relacionadas a evidências de não conseguir recuperar investimentos ('impairment').

A análise dos ativos resultou em uma provisão para perdas de R\$ 1,13 bilhão na Petroquímica Suape e de R\$ 880 milhões da Citepe. As baixas contábeis ofuscaram uma alta de 20% nas receitas, que somaram R\$ 1,9 bilhão nas duas companhias.

O teste de impairment concluiu que diante da crise econômica nacional, o mercado de PTA e PET não deve se comportar como projetado anteriormente, o que obrigará as empresas a reduzir os seus volumes e consequentemente, sua eficiência operacional.

A venda para a mexicana Alpek, por US\$ 385 milhões ou cerca de R\$ 1,2 bilhão, ainda depende do aval do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A transação chegou a ser suspensa temporariamente pela Justiça Federal em Sergipe sob a alegação de que o valor negociado está muito abaixo do investido na construção do empreendimento, de aproximadamente R\$ 9 bilhões.

Desde que foram constituídas em 2006 como parte do Programa e Aceleração do Crescimento (PAC), as duas companhias acumulam prejuízo de R\$ 9,5 bilhões e têm necessitado de constante aporte de recursos da controladora para compensar a geração negativa de caixa.

A Petroquímica Suape é a maior produtora de ácido teraftálico (PTA), usado da fabricação da resina PET, da América do Sul, enquanto a Citepe é produtora de filamentos de poliéster. Ambas estão instaladas no complexo industrial de Suape, em Ipojuca (PE).

Ao fim do ano passado, a dívida líquida das duas companhias juntas era de R\$ 2,5 bilhões. Na mesma data, as empresas tinham um patrimônio líquido negativo em R\$ 600 milhões. Isso significa que, se as empresas encerrassem suas atividades, seus bens seriam insuficientes para honrar com todos os seus compromissos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos

Título: Usina dos Bumlai tem falência decretada

A Usina São Fernando, da família do empresário José Carlos Bumlai - que aguarda em liberdade julgamento em segunda instância após ter sido condenado no âmbito da Operação Lava-Jato -, teve a falência decretada ontem pelo juiz Jonas Hass Silva Júnior, da 5ª Vara Cível de Dourados.

Porém, os sócios Maurício de Barros Bumlai e Guilherme de Barros Costa Marques Bumlai, filhos de José Carlos, devem entrar com recurso, de acordo com uma fonte próxima da empresa. O recurso indica que os sócios não concordam com a decisão do juiz, o que pode ter implicações durante o processo. Procurados, os sócios preferiram não se manifestar.

A usina, situada em Dourados (MS), estava em recuperação judicial desde 2013 e vinha descumprindo o primeiro plano de recuperação judicial, o que a levou a pedir a discussão de um novo plano. De acordo com os autos do processo, a usina não vinha realizando nenhum pagamento aos bancos há mais de dois anos nem registrou lucro um mês sequer nos últimos 30 meses.

Neste ano, foi instaurada a assembleia geral de credores, mas o plano apresentado foi rejeitado na última assembleia, em 1º de junho. O plano só não obteve a aprovação necessária dos credores com garantia real - BNDES, Banco do Brasil e BNP Paribas.

Em seguida, o Ministério Público se manifestou a favor da homologação da assembleia e contra a proposta apresentada pelos administradores da usina de alteração do novo plano.

Com a decisão do juiz, que acatou a manifestação do Ministério Público, os empresários Maurício e Guilherme Bumlai são afastados da direção da usina. A

empresa passa a ser administrada pela atual administradora judicial, a Vinícius Coutinho Consultoria e Perícia (VC Perícia).

Para Pedro Coutinho, advogado da administradora judicial, os sócios da companhia, que vinham sendo assessorados pela EXM Partners, tiveram tempo suficiente para elaborar o plano de recuperação judicial junto aos credores. Coutinho não acredita, porém, que a Operação Lava-Jato, que implicou o pai dos sócios, tenha influenciado o resultado da assembleia. "O único ponto de ligação que vejo da Lava-Jato com o processo é que, com a operação, os filhos [de José Carlos Bumlai] deram menos prioridade para a gestão", afirmou.

Segundo uma fonte a par das negociações do plano de recuperação, a operação não influenciou diretamente, mas pelo fato do envolvimento de Bumlai ser "emblemático", qualquer decisão dos bancos credores teria algum tipo de repercussão.

As execuções existentes contra a companhia serão suspensas e os contratos mantidos pela usina serão encerrados. O juiz decidiu, porém, que as atividades serão mantidas temporariamente, já que há cana a ser colhida em breve e equipamentos industriais que não podem parar neste momento. Desta forma, os trabalhadores que estão atualmente contratados continuam no quadro de funcionários, e só serão afastados os pertencentes ao quadro de direção. Atualmente, há 1.306 funcionários na usina.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos

Título: CTNBio dá aval a cana transgênica

A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) aprovou ontem o uso comercial da primeira variedade transgênica de cana no Brasil, desenvolvida pelo Centro de Tecnologia Canavieira (CTC). O processo segue para ratificação do Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), vinculado à Presidência.

A variedade, a CTC 20 Bt, é resistente à broca da cana, principal praga que ameaça a cultura e que provoca prejuízos estimados em R\$ 5 bilhões anuais, segundo o CTC. A variedade desenvolvida contém o gene Bt da bactéria *Bacillus thuringiensis*, que também é utilizado na transgenia de outras plantas, como nas culturas de soja, milho e algodão.

Segundo estudo científico apresentado pelo CTC à CTNBio, o gene Bt é eliminado nos derivados de cana no processo de fabricação. Um estudo ambiental apresentado pela companhia também não constatou efeitos negativos para a

composição do solo, à biodegradabilidade da cana transgênica ou às populações de insetos, exceto às pragas-alvo.

O CTC pretende agora "expandir o portfólio de variedades resistentes à broca, adaptadas a cada uma das regiões produtoras do Brasil", disse Gustavo Leite, presidente do centro, em nota. Segundo o executivo, a variedade transgênica proporciona, além de ganhos econômicos, a simplificação da logística e a melhorara da gestão ambiental das operações.

Após o registro, o CTC pretende distribuir mudas da variedade e monitorar o plantio. De acordo com Leite, "o processo de propagação é similar ao de introdução de uma variedade convencional, com a cana dos primeiros anos sendo usada para expansão da área plantada e não para a produção de açúcar e etanol".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação

Autor:

Título: Destaques

Acordo coletivo

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) determinou que o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio Grande do Sul verifique a existência ou não de provas de que o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Química e Petroquímica de Triunfo (Sindipolo) teria se recusado a participar de negociação com a Braskem, resultando na celebração de acordo coletivo diretamente com comissão de empregados. Segundo o relator do caso na Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais "<http://www.tst.jus.br/processos-do-tst>, RR-1134 676-43.2003.5.04.0900, ministro João Oreste Dalazen, somente essa circunstância pode afastar a exigência da tutela sindical na negociação coletiva. O acordo, que vigorou de 1997 a 1999, alterou o regime vigente até então, de cinco turnos contínuos de revezamento de oito horas cada para quatro de 12 horas cada, com descanso de 24 horas. O Sindipolo, então, ajuizou ação tentando anular o acordo e o pagamento de horas extras excedentes à sexta diária. Ao analisar o caso, o TRT gaúcho declarou a invalidade do acordo e deferiu as horas extras. A Braskem recorreu pedindo a análise da constitucionalidade do artigo 617 da CLT, segundo o qual os empregados que decidirem celebrar acordo com as empresas devem dar ciência ao sindicato para que este assuma a direção dos entendimentos. A decisão, no entanto, foi mantida pela 2ª Turma do TST.

MME / ASCOM .